

# ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO COEGEMAS/RS

*Vivências de atuação do SUAS no contexto  
de calamidade e emergência e o papel da  
Assistência Social na construção dos planos.*

**30 de julho | 8h30 às 17h**

Auditório Alceu Collares | Sede da Famurs



## Carta de Propostas

- Capacitação e apoio técnico aos municípios, pelo governo estadual e federal, na elaboração dos planos de contingência, para a implantação das diretrizes de atuação da política de assistência social em contextos de emergência socioassistencial, na interface com a Defesa Civil e demais políticas, na gestão de risco (pré-emergência) e gestão de desastre (emergência e pós-emergência). Muito importante, uma vez que as ações de cadastramento da população, abrigamento, recebimento e entrega de doações ficam ao encargo da assistência social.
- Previsão de orçamento para o SUAS (nas três esferas) para ações no contexto de calamidades e emergências e alteração da Portaria nº 90/2013, para aumento do valor do Piso Variável de Alta Complexidade (PVAC) para os alojamentos (abrigos) provisórios para que todos os municípios sejam elegíveis independentemente do número de pessoas desabrigadas/desalojadas. O MDS disponibiliza atualmente R\$ 20 mil aos municípios com, no mínimo, 50 pessoas desabrigadas.
- Interlocução e comunicação efetivas do governo federal e estadual com os municípios e melhoria nas relações da Defesa Civil e demais políticas com a Assistência Social. A falta de esclarecimentos prévios às equipes sobre os auxílios emergenciais criados (Volta Por cima, Pix SOS, Auxílio reconstrução) e noticiados antes nas mídias, sem as devidas orientações sobre os critérios de acesso, criou expectativas na população e filas imensas por atendimento e cadastramento nos CRAS sobrecarregando gestores e equipes do SUAS.
- Descongelamento da LC nº 173/2020 de anuênios, gratificações, entre outros avanços, também para os profissionais do SUAS (concedidos somente a profissionais da saúde e da segurança pública). A assistência social foi reconhecida no rol de serviços essenciais e as equipes atuaram na linha de frente ininterruptamente na pandemia, mas foi uma batalha acessarem prioritariamente a vacina de COVID. O reconhecimento desses profissionais é de suma importância, pois estão na linha de frente no atendimento da população, nas situações de calamidade e emergência vivenciadas atualmente em 95% dos municípios do RS.
- Aprimoramento das diretrizes e a interlocução entre a Gestão dos Benefícios do SUAS e as ações da Política de Segurança Alimentar, para solicitação e recebimento de alimentos pelos municípios e entrega à população que acessa os serviços da assistência social e aos grupos prioritários.

- Aprovação pelo Congresso Nacional e Senado Federal da PEC 383/2017, na vinculação de 1% da receita líquida do orçamento federal, nas despesas discricionárias, para o financiamento dos serviços, programas e projetos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- Financiamento e aprimoramento das diretrizes da Política de Habitação, a fim de disponibilizar moradias às famílias e pessoas que perderam suas casas, no contexto de calamidades e emergências, e incluir o Aluguel Social nesta política, desvinculando do Benefício Eventual.
- Flexibilização da utilização dos recursos da Defesa Civil para as ações, conforme demanda e necessidade dos municípios.
- Criação de sistema de monitoramento, alertas e alarmes e disponibilizar starlink em cada centro administrativo, bem como geradores de energia. Comunicação é fundamental entre os municípios, Estado e União.
- Criar sistema, base de dados com informações públicas. Exemplo: filtro na qual se coloque o nome do município e se identifique os itens que tem necessidade no momento, para melhorar o gerenciamento de doações (recebimento, armazenamento e entrega).
- Elucidação do papel da Assistência social como Política Pública do SUAS, nos contextos de calamidade e emergência, visto que gestores e trabalhadores desta política acabam arcando com responsabilidades que vão além das preconizadas, durante e após os eventos climáticos.

Porto Alegre, 30 de julho de 2024.